

# Congresso reabre amanhã e já discute Constituinte

Brasília — O Congresso Nacional volta a funcionar amanhã, mas, à exceção dos líderes, poucos parlamentares retornarão a Brasília antes da próxima semana. Só na terça-feira, dia 6 de agosto, será lida, em sessão conjunta da Câmara e Senado, a emenda do Presidente José Sarney convocando a Assembléia Constituinte. Esta leitura provocará a principal mobilização parlamentar, na retomada dos trabalhos legislativos do segundo semestre.

O Congresso terá 48 horas para constituir uma comissão mista para apreciar a proposta do Presidente. A comissão será formada por 22 parlamentares — 11 senadores e 11 deputados —, escolhidos por indicação das lideranças, respeitando a proporcionalidade das representações partidárias nas duas Casas.

Depois da leitura da emenda, há um prazo de oito dias para apresentação de possíveis sub-mendas e 30 dias, prorrogáveis, para colher o parecer da comissão mista. Nos oito dias iniciais, é esperada uma grande movimentação política. O PDT tentará viabilizar uma sugestão pró-eleições presidenciais em 1986, junto com a escolha dos constituintes e dos governadores. Para isto, terá de conseguir um terço de assinaturas de parlamentares das duas Casas — Câmara e Senado.

Dois pontos são polêmicos na emenda Sarney — a data de posse dos constituintes e a questão da participação ou não dos senadores eleitos em 1982 na Constituinte. O líder do PTB, Gastone Righi (SP), avisa que lutará pela votação de sua emenda — apresentada em julho e não votada por falta de quórum. Pretende, no mínimo, incorporar seu projeto, que defende como “teoricamente perfeito”, à proposta do Governo.

PT e PDS não se manifestaram. Mas o líder do PDT na Câmara, Nadyr Rossetti (RS), espera contar com os parlamentares dos dois partidos para apresentar sua emenda propondo a redução do mandato do Presidente da República. Embora o líder do PMDB, Deputado Pimenta da Veiga (MG), tenha previsto um semestre sem discussões polêmicas no Congresso, por causa da mobilização dos parlamentares nas campanhas municipais, a oposição pretende questionar a regulamentação de funcionamento dos partidos políticos e estimular o debate sobre as condições de renegociação da dívida externa.

Rossetti avisa que seu primeiro discurso será de cobrança ao Governo de “uma posição mais objetiva e clara em relação à dívida”.